

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO- MAIOR CONJUNTO

2007/2008



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE
DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

REFORMA NO SECTOR DE SEGURANÇA EM ANGOLA; NUMA PERPECTIVA AFRICANA

TOMÉ HUAMBO VIDAL
T.Cor Cav



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

REFORMA NO SECTOR DE SEGURANÇA EM ANGOLA; NUMA PERSPECTIVA AFRICANA

T.Cor Cav Tomé Huambo Vidal

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Lisboa 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

REFORMA NO SECTOR DE SEGURANÇA EM ANGOLA; NUMA PERSPECTIVA AFRICANA

T.Cor Cav Tomé Huambo Vidal

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: TCOR INF Valente Marques

Lisboa 2008



AGRADECIMENTOS

Ao Tenente-coronel Valente Marques, pelo apoio prestado durante a preparação e desenvolvimento deste trabalho.

Extensivo aos companheiros do CEMC 2007/2008, com destaque aos Senhores Majores Pereira, Oliveira, Salvada, Cardoso e Simões, por todo apoio, para que este trabalho fosse um facto.

Aos anónimos o meu “OBRIGADO”.



RESUMO

O presente trabalho de investigação, desenvolvido no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2007-2008, visa abordar uma temática assaz interessante e que se reveste cada vez mais de uma importância que não se deverá descurar. Os tempos que actualmente se vivem, impõem reforma de fundo no Sector de Segurança das instituições estatais, com vista, incrementar acções que tirem Angola da situação de estagnação a que se voltou o durante todo conflito armado.

O Governo de Angola, aproveitando o momento político-Militar que o País vive, é chamado a restituir condições dignas ao seu povo, aproveitando as potencialidades naturais e sua posição privilegiada, bem com o momento económico favorável causado pelo aumento do preço das matéria prima, no cenário internacional.

No presente trabalho foi empregue o método científico, com recurso ao modelo dedutivo para se encontrar resposta ao problema em análise consubstanciado na questão central ***“Qual o papel da Reforma do sector de Segurança, na prossecução dos objectivos Nacionais Angolanos?”***

O estudo está organizado em quatro partes essenciais, encadeadas de forma a dar sentido à percepção do assunto: na primeira, vamos fazer um enquadramento Geo-histórico da África Austral no contexto africano; na segunda, aprofunda-se a nossa visão face o alargamento do conceito de Segurança no Continente e na Região Austral; por último, na terceira parte, será analisado de que forma a Reforma do Sector de Segurança está a ser entendida em Angola, nomeadamente, na análise das medidas sectoriais que têm sido desenvolvidas neste âmbito.

Conclui-se este trabalho com algumas considerações que conduzirão à resposta à questão central agora enunciada.



ABSTRACT

This research, developed under the General Staff Course Joint 2007-2008, aims to address an interesting topic which is of increasing importance. The current times, require fundamental reform of the Security Sector in Angola, especially after the recent armed conflict

The Government of Angola, taking advantage of the current political-military situation, desires to restore conditions of dignity to its people, **exploitins** the natural **ressources at** its disposal, and **takines** advantage of the cisin, prices of its caw materials in the international community.

This study used the scientific method of deduction to answer the central question "What is the role of Reform for the security sector, in pursuit of the Angolan national objectives?"

The study is organized into four parts: a Geo-historical framework of southern Africa, within an African context; whatis the concept of security on the Africa Continent and the Southern Region actually means; how Security Sector Reform is undestood in Angola, particularly after the **sectoril** measures **inchich** have been developed; and, finally, finishes with some consideration aiming to answer the central question.



Siglas e Abreviaturas

RSS – Reforma do Sector de Segurança

GURN Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

FAPLA- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

UNITA- União Nacional Para Independência Total de Angola

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

FALA- Forças Armadas de libertação de Angola

SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

NEPAD- Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

NEPAD-(New Partnership for Africa's Development,

ECP- Estratégia Nacional de Combate a Pobreza

ONU- Organização de Nações Unida

OUA- Organização da Unidade Africana

UA -União Africana

EU - União Europeia

FAA - Forças Armadas Angolanas

FFAA - Forças Armadas

AN - Assembleia Nacional

MED - Ministério de Educação

MINFIN - Ministério das Finanças

MINSÁ - Ministério da Saúde

OGE - Orçamento Geral do Estado

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONG- Organização Não Governamental

SIDA- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

SIGFE- Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

VIH -Vírus de Imunodeficiência Humana

MINARS- O Ministério da Assistência e Reinserção Social

IRSEM-O Instituto de Reintegração Sócio Profissional dos ex. Militares

CIPE - Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral



CNE - Comissão Nacional Eleitoral

INAD-Instituto Nacional de Desminagem

INAROE- Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenho Explosivos

MINDEN- Ministério de Defesa Nacional

EMG- Estado Maior General

EMG/FA- Estado Maior General da Forças Armadas

PN-Polícia Nacional

CPPA- Corpo de Polícia Popular de Angola

MINSE- Ministério da Segurança do Estado

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

EUA – Estados Unidos de América

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



ÍNDICE

RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
1. Introdução.....	1
Definição do problema e do contexto	1
2. O enquadramento Geo-histórico da África Austral no contexto Africano.....	5
a. Angola, da Guerra-fria à actualidade	7
b. Angola no período da Descolonização	9
c. Angola independente.....	9
d. O período pós Guerra-fria e os desafios da Globalização.....	10
3. O alargamento do conceito de Segurança	11
a. No continente.....	13
b. Na África Austral.....	15
4. A Reforma no Sector de Segurança em Angola.....	17
a. Ameaças e Prioridade.....	22
(1) Ameaças	22
(2) Prioridades	22
b. O Plano de Reconstrução Nacional.....	24
(1) Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)	26
(2) A Estratégia Nacional de Combate a Pobreza (ECP).....	27
c. Análise das medidas sectoriais à luz do processo de RSS.....	29
(1) Político Institucionais.....	29
(2) Política Diplomática.....	31
(3) Socioeconómica	32
(4) Sector Tradicional de Defesa	32
5. Conclusões.....	38
6. Recomendações.....	40



1. Introdução

Definição do problema e do contexto

Durante o período da guerra-fria, as duas super-potências saídas da segunda guerra mundial, procuravam perpetuar as suas zonas de influências e ao mesmo tempo, procuravam alargar o seu domínio em outras zonas.

Nestas circunstâncias, nascia a República Popular de Angola nascia num momento bastante conturbado de desentendimentos entre os dois blocos antagónicos, tendo Angola visto-se envolvida em conflitos sucessivos, com caracteres e intensidades diferentes, nomeadamente: a guerra civil pelo poder, entre o Movimento Popular de Libertação de Angola, apoiado pela URSS, a União Nacional Para Independência Total de Angola (UNITA), apoiada pelo regime racial da África do Sul, e da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), apoiada pelo regime de Mobuto do Zaire, estes últimos de ideologia pró-ocidental.

Com o fim da guerra fria, a que se associa a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, surgiu uma nova ordem internacional, que alguns autores caracterizam como sendo Uni-Multipolar, em que de um lado se encontra os EUA, e por outro a EU, China, Rússia, e Índia.

Em África esta dinâmica Geopolítica internacional causou a redireccionamento da política de grande parte dos estados tendo em vista adaptar-se à nova conjuntura.

Os ataques de 11 de Setembro, contra os EUA, geraram um novo debate sobre a segurança, pois vieram salientar o medo e a insegurança a todos os níveis.

Esta insegurança veio afectar não só o mundo ocidental, como também os estados Africanos por si só já instáveis devido aos elevados índices de pobreza, que se constituíram como um grande entrave ao desenvolvimento.

Nesta base, as organizações internacionais e regionais são chamados a desenvolver um papel de impulsionadores da segurança dos países membros, através do diálogo e concertação permanente e da cooperação internacional.

O tema que nos foi proposto com o título “ REFORMA NO SECTOR DE SEGURANÇA EM ANGOLA, UMA PRESPECTIVA AFRICANA”, é de facto um tema actual, na medida em que os assuntos ligados à segurança, passaram a ter resposta não apenas de carácter puramente militar, mas também uma mais abrangente a outras áreas desde a política, passando pelo social e ate ao respeito pelos direitos do homem.

Assim, ao abordar esta temática relacionada com as reformas no sector de segurança em Angola, iremos abordar as principais causa de estrangulamento do



desenvolvimento das sociedades, pois que a segurança de hoje passa pela garantia do bem estar, segurança e desenvolvimento socioeconómico das populações.

As questões da segurança, devido ao fenómeno da globalização, não devem ser encaradas de forma isolada. Pelo contrário, a cooperação internacional é uma ferramenta a ser explorada. Daí a crescente preocupação das grandes organizações internacionais como a ONU, UA e a EU que têm vindo a desenvolver acções tendentes a ajudar os Países em conflito em Pós conflito e ainda os estados em situação de grande fragilidade.

Para melhor encaminhar a nossa pesquisa, interessa pois aprofundar o conceito de reforma do sector da segurança.

A reforma do sector da segurança é o meio de incrementar a capacidade de um país de forma satisfazer as suas necessidades de segurança e justiça e governação de um modo consistente com as normas democráticas e sólidos princípios de governação, transparência e estado de direito.

Daí poder depreender-se, que a reforma do sector da Segurança, não passa apenas pelo apoio à defesa, serviços secretos e fiscalização, ela estende-se muito para além destes, abrangendo todos os sectores da vida, nomeadamente a Política, acções de boa governação, desenvolvimento socioeconómico e cultural, acção social etc....

O presente trabalho insere-se nesse contexto, abordando a problemática dos factores de instabilidade e segurança em Angola, numa perspectiva africana...

Definição do objecto da investigação

Perante o tema proposto, “A Reforma no Sector de Segurança em Angola, uma perspectiva Africana”, é objectivo do presente trabalho analisar o conceito de RSS em África e a viabilidade de sua aplicação em Angola e identificar a sua utilidade para identificação dos principais obstáculos à segurança em África e para a elaboração de estratégia para os ultrapassar.

Importância do estudo e justificação da escolha

Num mundo globalizado, onde as ameaças estão sempre presentes, numa altura em que os males que afectam o desenvolvimento das sociedades estão cada vez mais reais, o aprofundar do conhecimento sobre este temática, traz uma grande valia para a Angola e África.

Delimitação do estudo

A análise deste trabalho, centrar-se nas as acções operadas pelo governo de Angola a seguir o fim da guerra-fria, designadamente o alcance da Paz e do processo de



Reconciliação Nacional em curso, bem como as principais Reformas Políticas e económicas operadas pelo Governo de Angola, que visam o bem estar do seu povo.

Metodologia

Este método permitirá observar o desenvolvimento de acções que constituem factores que contribuem para a reforma no sector de segurança em Angola.

Análise e síntese de informações bibliográfica. Este método vai nos permitir reunir documentos, de outras fontes de informações válidas para execução do estudo.

Entrevista. Este método vai permitir-nos identificar a posição de Sua Ex^a o Chefe do Estado-maior das Forças Armadas de Angola sobre assuntos relacionados com o tema e compreender melhor o actual papel e futuro próximo das Forças Armadas em Angola.

Decorrente desta análise surge a Questão Central: “Qual o papel da Reforma do sector de Segurança, na prossecução dos objectivos Nacionais Angolanos?”

Para responder a pergunta de partida, levantamos as seguintes Questões derivadas:

A partir da Questão Central levantaram-se as seguintes questões derivadas:

- Questão Derivada 1** - Qual o impacto do contexto Geo-histórico de Angola no seu processo da R.S.S.?
- Questão Derivada 2** - Qual o impacto do alargamento do conceito de Segurança e de Adopção de medidas, no quadro da R.S.S. em Africa e, particularmente na Africa Austral?
- Questão Derivada 3** - Qual o impacto da R.S.S., na definição das ameaças e no estabelecimento de medidas sectoriais e sua priorização em Angola?

Tendo por base as questões derivadas, foram formuladas as seguintes hipóteses como linhas de orientação do estudo:

- QD 1:
- H1- O contexto Geo-histórico Angolano influenciou significativamente a debilitação das estruturas da Nação no Período da Descolonização e da Guerra Fria.
- H2- O conflito armado e as lutas de interesses internos e externos relacionados com os recursos Angolanos, potenciaram as ameaças à segurança estatal e humana.



H3- A boa gestão dos recursos nacionais o processo de democratização e a gradual integração de Angola no processo de Globalização tem reduzido as ameaças à segurança.

QD2:

H1- O reconhecimento da importância da segurança humana tem influenciado as políticas e estratégias africanas, em especial na União Africana e nas organizações Sub-regionais africanas, mas também nos Estados.

H2- A R.S.S. apresenta um quadro no âmbito do qual as Organizações regional e Sub-regionais africanas têm desenvolvido as suas acções de apoio ao esforço dos Estados onde a maioria destes têm inserido as suas políticas e apoios da comunidade internacional.

QD3:

H1- Angola define as ameaças Nacionais tendo em conta também as ameaças à segurança humana.

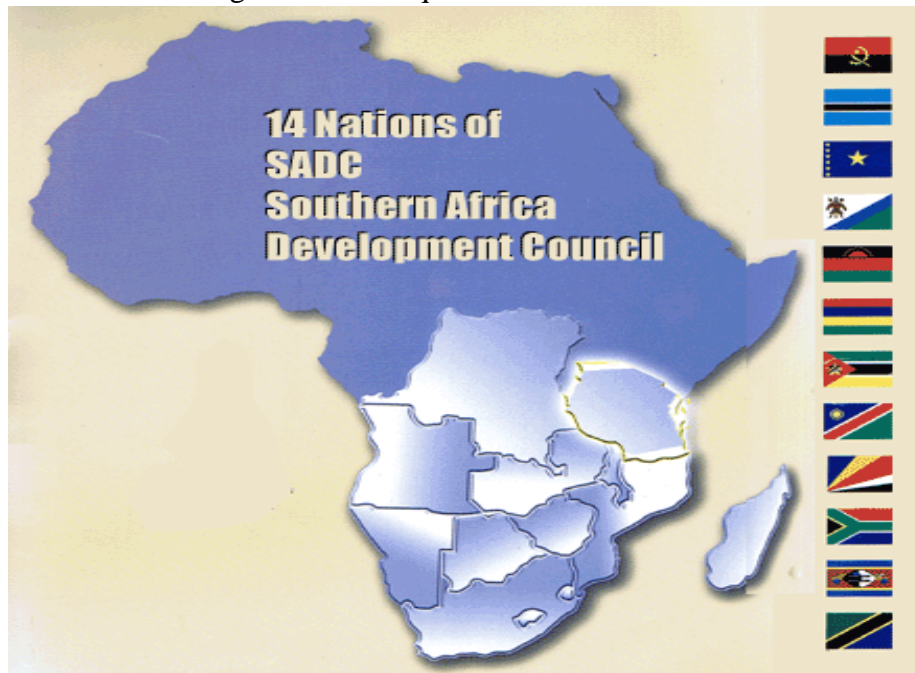
H2- A R.S.S. não é um processo explicitamente assumido pelo governo de angolano mas as medidas por este adoptado, enquadra-se nele de forma significativa designadamente o Plano de Reconstrução Nacional de Angola, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e o Apoio do NEPAD.

2. O enquadramento Geo-histórico da África Austral no contexto Africano.

África Austral é a parte sul do continente Africano, banhado por dois oceanos: o Oceano Índico na sua costa oriental e o Atlântico na costa ocidental.

Esta região inclui a África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabué e ainda a República Democrática do Congo, a Tanzânia e as Seychelles.

Fig.1-Território que constitui a SADC



Fonte-www.safri.de/img/partner/SADC-Karte.JPG

Com uma população de aproximadamente 210 milhões de pessoas sobre o continente africano o sul do equador. É um bloco regional constituinte da União Africana, com um PIB de aproximadamente 226 bilhões de dólares, valor este que, embora não seja muito alto, já é significativo, especialmente se tivermos em conta as economias dos países vizinhos. Ressaltam como principais potências na região a África do Sul, Angola e a República Democrática do Congo. Engloba países de três comunidades linguísticas diferentes, designadamente países Anglófonos, Lusófonos e Francófonos.

Ao fazermos um enquadramento geoestratégico desta região de África, logo três factores se levantam, designadamente: a riqueza em recursos naturais, o facto de deter o controlo sobre dois oceanos e o forte papel económico e militar desempenhado pela África do Sul.

Durante muito tempo, a África do Sul foi a potência Regional, consubstanciada no poder económico e militar. O frágil desenvolvimento económico alcançado pelos restantes



países foi conquistado a reboque da potência económica sul-africana.

As tentativas de desenvolvimento autónomo, representadas pela criação de organizações como a Organização da Unidade Africana, no âmbito continental, e a SADC no âmbito regional, não surtiram qualquer efeito contrário, na medida em que, até hoje, as economias dos países da região continuam dependentes da hegemonia sul-africana.

O processo de independência da África portuguesa foi condicionado pela integração dos conflitos internos nos conflitos regionais da África austral no âmbito da Guerra-fria. Este acontecimento propiciou a reordenação das relações regionais, com a inserção de novos actores políticos associados aos movimentos pela descolonização.

O envolvimento soviético, pela sua própria natureza e insuficiência económica, foi menos intenso do ponto de vista material, porém politicamente mais influente. Os EUA não disputavam valores ou ideias políticas mais do que os recursos económicos da região, embora utilizassem muito o discurso ideológico para realçar a oposição da bipolaridade.

No contexto em que abordamos o tema, as organizações Regionais assumem cada vez mais importância para a vida das nações membros, daí irmos aprofundar as questões ligadas a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A SADC não surgiu do nada. É uma organização que evolui ao longo do tempo, e remonta antes mesmo da independência de alguns países actualmente membros.

Com objectivo de coordenar os esforços dos países da região para o seu desenvolvimento comum a fim de reduzir a dependência económica em relação ao antigo regime sul-africano do apartheid, foi criada na Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, SADCC, em 1980, tendo como membros fundadores; Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A SADCC foi formada em Lusaka, Zâmbia.

Doze anos mais tarde, deu-se a transformação da organização de uma Conferência de Coordenação para uma Comunidade de Desenvolvimento (SADC), que ocorreu a 17 de Agosto de 1992, em Windhoek, Namíbia quando a Declaração e o Tratado foram assinados na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, oficializando, dessa forma, a organização. Os actuais Estados-membros são 14, nomeadamente: Angola, Botswana, República Democrática (RD) do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, **África do Sul**, Suazilândia, República Unida (RU) da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe (Figura -2).

Fig.2-Países membros da SADC



Fonte-www.safri.de/img/partner/SADC-Karte.JPG

Tem a sede em Gaborone, capital de Botswana, e os seus membros comungam dos seguintes objectivos comuns:

Proporcionar o crescimento das economias dos países africanos e consequentemente, o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida de seu povo; promoção da paz e da estabilidade da região, do desenvolvimento sustentável e do combate às pandemias, com destaque ao HIV; e a reafirmação dos legados socioculturais africanos.

Para que os objectivos fossem alcançados, a SADC definiu a seguinte estrutura regional; A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Comité Permanente de Funcionários, o Comité Integrado de Ministros, o Secretariado, os Comités Nacionais, o Tribunal, e o Órgão de Política, Defesa Segurança e Cooperação¹.

Hoje encontra-se em fase de aprontamento uma brigada ligeira com o objectivo de constituir numa força de reacção rápida, para missões de paz, quer sob a égide da União Africana, quer da SADC.

a. Angola, da Guerra-fria à actualidade

País do Sul de África, oficialmente designado por República de Angola. Situado na costa ocidental, na transição entre a África Central e a África Austral, possui uma área de 1

¹ Estrutura cujo objectivo é fazer funcionar a organização. (ver em anexo A)



246 700 km². Faz fronteira com a República Democrática do Congo, a Norte e a Leste; a Zâmbia, a Leste, e a Namíbia, a Sul; a Oeste, o país é banhado pelo oceano Atlântico. O enclave de Cabinda faz fronteira com a República do Congo, a Norte, e a República Democrática do Congo, a Leste e a Sul, sendo banhado pelo oceano Atlântico, a oeste. A maior cidade é Luanda, a capital, com 2 783 000 habitantes (2004), seguida do Huambo (173 600 hab.), de Benguela (134 500 hab.) e do Lobito (134 400 hab.) (2004). A morfologia do solo caracteriza-se pela existência de planícies costeiras, às quais se seguem as montanhas intermédias e os planaltos interiores. Os principais rios são o Zaire e o Congo.

Dados a extensão e o relevo do território, Angola apresenta muitas variantes climáticas. Na faixa costeira e de Norte para Sul o clima é sucessivamente equatorial em Cabinda, tropical húmido, tropical seco e desértico quente no Namibe. Nas regiões planálticas do centro do país, o clima tropical é moderado pelo efeito da altitude, pelo que as temperaturas são mais amenas.

Mais de 40% do território está revestido por floresta, mais densa no Noroeste, e, especialmente no enclave de Cabinda, existem também as savanas e as estepes. Menos de 10% da área total do país é arável.

A população de Angola é de 12 127 071 habitantes (2006), a que corresponde uma densidade de 9 hab./km². A distribuição, entretanto, é desigual, com 70% da população concentrada no norte e ao longo da costa. A taxa de crescimento da população era de 2% anual em 2005. A população é predominantemente rural; apenas 36% da população vive nas áreas urbanas.

A taxa de natalidade é de 45,11‰ e a taxa de mortalidade é de 24,2‰. A esperança média de vida atinge apenas 38,62 anos, um dos valores mais baixos do Mundo. O valor do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,377 (2001). Estima-se que em 2025 a população de Angola seja de 17 405 000 habitantes.

A população está composta por mais de 90 grupos étnicos, destacando-se os Ovimbundu 37%, Kimbundu 25%, os Bakongo 13% outras 25%. (Abrantes, 2005, 13).

Outros grandes grupos étnicos são o Kongo, o Luimbé, o Humbé, o Nyaneka, o Tchokué, o Luéna, o Luchasi, o Lunda, o Nkhumbi e o Ngangela. A nível religioso, predominam o Catolicismo, o Protestantismo e as religiões tribais. A maior parte das pessoas fala banto, mas muitas outras línguas e dialectos indígenas são também falados. A língua oficial é o português



b. Angola no período da Descolonização

Embora os autóctones se tivessem oposto à ocupação colonial, a luta de forma organizada, tem início na década de 50, com o surgimento dos primeiros movimentos anti-coloniais.

Em 1956, angolanos fundaram o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). Este movimento, montou um esquema de guerrilhas com incursões, a partir do Congo, ao enclave de Cabinda e a partir da Zâmbia à Angola Oriental.

Por outro lado, um outro grupo de Nacionalistas da região norte de Angola (Bakongo) formou a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) em 1962, liderados por Holden Roberto². Operava a partir de bases no vizinho Zaire onde tinha o seu santuário e foi apoiado pelos Estados Unidos e a China. Mas as lutas internas no movimento não lhe permitiram captar o apoio da população para além da comunidade do Bakongo. Isto, fraccionou o movimento, tendo Jonas Malheiro Savimbi, membro da tribo Ovimbundo que até 1964 foi ministro dos negócios da FNLA, liderado a formação da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em 1966.

Estes movimentos, cada um com seus apoios e linha de orientação política diferente, levam a cabo a resistência armada contra a colonização de Angola, acção essa que veio a tomar novo patamar quando grupos guerrilheiros dirigidos pelo Movimento popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA), realizaram ataques armados contra instituições prisionais de alta segurança em Luanda no dia 04 de Fevereiro de 1961 e o levantamento dos camponeses da Baixa de Kassanje em Malanje no dia 04 de Janeiro de 1961.

Em 1966, junta-se a este movimento a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

Apesar das hostilidades, Portugal deu a Angola a Independência em 11 de Novembro de 1975. Mas não transferiu a soberania a nenhuma autoridade de transição nem a nenhum movimento político. Filo, sim ao " Povo Angolano".

c. Angola independente

A coexistência de três movimentos armados dificultou o processo de independência. Mas, apesar das divergências e dificuldades, a 15 de Janeiro de 1975, os três movimentos, MPLA, UNITA e FNLA, assinaram um acordo com o governo português, o acordo de Alvor. Nele se estabelecia a nomeação de um alto-comissário e a

² Cunhado do Ditador Mobuto, então Presidente do Zaire, liderou a FNLA até à sua morte em 2007.



formação de um governo transitório, que representasse as três forças políticas. A data da independência foi marcada para 11 de Novembro desse ano. Mas a partir de Maio de 1975, os três movimentos envolveram-se em violentos confrontos que, para além de outras consequências, permitiram a intervenção estrangeira no território. A 22 de Agosto de 1975, o Estado português declarou suspensa a vigência do acordo de Alvor. Apesar disso, o Alto-comissário, almirante Leonel Cardoso, a 11 de Novembro de 1975, transferiu a soberania portuguesa para o Estado angolano, e o Dr. António Agostinho Neto, então Presidente do MPLA proclama em Luanda a Independência da República de Angola. A FNLA e a UNITA, não satisfeitas pela acção do MPLA, proclamam a “República Democrática de Angola”, e finalmente, a UNITA proclama sozinha na cidade do Huambo a “Republica Negra Democrática de Angola” numa altura que o Exército Zaireense invadia o enclave de Cabinda no Norte de Angola, dando início a uma guerra civil, que se prolongaria até 2002.

d. O período pós Guerra-fria e os desafios da Globalização

Com a desagregação da ex-União Soviética em 1989, sucedem-se um conjunto de iniciativas políticas, institucionais, económicas e militares que levaram a mudanças do sistema político do País, e à cessação de hostilidades, que conduziram à paz:

-Em Junho de 1989, em Gbadolite (Zaire), a UNITA e o MPLA estabelecem tréguas. A paz apenas durou dois meses.

-Em fins de Abril de 1990, o Governo de Angola anuncia o reinício das conversações directas com a UNITA, com vista ao estabelecimento do cessar-fogo. No mês seguinte, a UNITA reconhecia oficialmente José Eduardo dos Santos como o Chefe de Estado angolano.

- No final do ano, o MPLA anunciava a introdução das reformas democráticas no país. A 11 de Maio de 1991, o Governo pública uma lei que determina o fim de um sistema político baseado no monopartidarismo, é autorizada a criação de novos partidos, e também a liberalização da economia.

- A 31 de Maio de 1991, com a mediação de Portugal e o apoio de uma troika constituída por EUA, União Soviética e ONU celebram-se os acordos de Bicesse (Estoril), terminando com a guerra civil que decorreu desde 1975. Para além de marcar uma viragem substancialmente importante, porquanto, pela primeira vez na historia de Angola, foram anunciadas e marcadas eleições para o ano seguinte.

- Em 1992, passado um ano depois do fim das hostilidades em Angola, realizam-se as primeiras eleição baseadas no sufrágio universal, tendo o MPLA ganho ao seu principal concorrente, a UNITA, com 53,74% dos votos, enquanto o segundo mais votado a UNITA,



recolhia 34,10% dos votos³. Apesar de reconhecida internacionalmente como sendo válidos, o partido derrotado não reconheceu os resultados eleitorais. A UNITA lança, então, um conjunto de acções de carácter militar em todo território nacional⁴, causando um verdadeiro banho de sangue entre a população civil e uma destruição maior que o anterior conflito, porque se desenrolou em todos os centros urbanos.

-Novas tentativas para se alcançar a paz são desencadeadas e, em Novembro de 1994, celebra-se o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia, entre a UNITA e o Governo de Angola (MPLA).

Em Dezembro de 1998, Angola retorna ao estado de guerra aberta, que só parou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi (líder da Unita).

Com a morte, em combates no Leste de Angola, de Jonas Malheiro Savimbi, o Governo declara unilateralmente o cessar fogo em todo território nacional e, no dia 4 de Abril do mesmo ano, os chefes militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da Unita assinam o memorando de entendimento do Luena, como documento complementar do Protocolo de Lusaka, lançando desta forma, as bases para a edificação de uma paz definitiva e duradoura para Angola.

Com o fim do conflito armado, Angola vê-se na obrigação de acompanhar os ventos da globalização, inserindo-se no concerto das nações e envolvendo-se em profundas mudanças a todos os níveis do aparelho do Estado para se adoptar a este momento da sua história, a fim de garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento do seu povo.

3. O alargamento do conceito de Segurança

Durante longos anos, com realce para o período da guerra-fria, as ameaças materializavam-se nos blocos saídos da segunda guerra mundial. Com o fim deste período negro nas relações internacionais, as ameaças directas à integridade territorial dos Estados, tornaram-se mais improváveis, sendo que as maiores preocupações em termos de ameaças à segurança resultam das instabilidades que se fazem sentir graças às elevadas transformações socioeconómicas, políticas, e militares, de que resulta um ambiente incerto, sem frentes e inimigo declarados, dando, desta forma lugar a novas ameaças, de onde destacamos o terrorismo, os conflitos étnicos, o crime organizado, o tráfico de drogas, a proliferação e desenvolvimento de armas de destruição maciça e também os “Estados

³ Disponível em-<http://www.panapress.com/freenews.asp?code=por014907&dte=14/06/2008>

⁴ Por força do Protocolo de Bicesse, as NU deveriam desarmar e acantonar as Forças Militares da UNITA, e permitia que estes tivessem militares seus a efectuar seguranças aos seus dirigentes (Secção a companhias). Este processo não foi bem conduzido devido a parcialidade da comunidade internacional.



falhados ou fracassados” etc... Por outro lado assistimos, também, a alterações do modo como se responde aos novos desafios e ameaças, valorizando-se a cooperação internacional e as instituições multilaterais.

Esta alteração na conjuntura internacional, levou a comunidade internacional a unir esforços em prol das medidas que se contraponham a estas ameaças. No círculo académico e político, varias correntes de pensamento desencadeiam um debate acérrimo sobre a definição do conceito de “Segurança”

Em 1993 surgem os primeiros resultados deste debate, com o emprego do termo “segurança humana”, fruto do relatório do PNUD que elegeu a expressão como um dos cinco pilares da ordem mundial.

Em 1994, o PNUD desenvolveu o conceito, e apresentou dois componentes principais:

No primeiro componente ressaltava a protecção contra ameaças crónicas tais como fome, doenças e repressão. No segundo componente ressaltava a protecção contra perturbações súbitas ou violentas que podem acontecer no curso normal da vida⁵. Neste documento, ficou explícito que a “segurança” diz respeito às pessoas e não aos territórios, ao desenvolvimento e não às armas”⁶.

Assim, fica claro que na óptica do PNUD, a segurança entre os estados é a condição indispensável para a segurança das pessoas.

O debate continuou e mais recentemente, “ O Nordic Afric Institute” da Suíça passou a ter uma palavra a dizer, ao promover debates sobre questões ligadas a “definição alargada de segurança”, ao apresentar uma concepção de “segurança comum” centrada nos indivíduos e nas comunidades locais⁷.

Também, os canadianos se destacam nestes debates, mas inclinam-se para a definição de “Segurança Humana” dada pelo PNUD. Apresentam, contudo a sua própria visão sobre o assunto definindo a Segurança Humana como, “ protecção das pessoas” contra ameaças violentas e não violentas, caracterizada pela isenção de ameaças invasivas aos direitos das pessoas, a sua segurança ou até à sua vida”. Aqui, o indivíduo, tem prioridade. Por outro lado, os canadianos, separam a segurança humana da segurança do

⁵ MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS

⁶ MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS

⁷ Dan HenK (Segurança: Novo Paradigma Africano) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia



Estado, reconhecendo que as duas se complementam⁸.

Mais importante ainda, é quando a comunidade internacional assume o conceito como um novo quadro para as relações internacionais, como sendo uma definição que vem caracterizar o período pós-Vestefoliano da sociedade mundial. Estamos perante a responsabilidade de ingerência em caso do desrespeito pela segurança humana, ou a sua falta.

Não há, contudo unanimidade quanto ao conceito, mas, em quaisquer que seja o conceito, o Homem aparece sempre no centro do conceito de Segurança Humana.

Como vimos, a definição da “segurança” continua controverso, no entanto há já uma clara inclinação em definir o indivíduo como objecto de referência nas questões de segurança e muitas “ameaças” diferentes têm que ser atenuadas para se obter uma “segurança” geral⁹. A prerrogativa de proporcionar esta segurança é uma questão que ainda espera por um debate. Contudo, grande parte dos teóricos definem ainda o Estado como sendo o principal responsável pela gestão e garantia da segurança. Mas para garantir, nenhum estado deve permanecer completamente isolado. As instituições e organizações nacionais e internacionais devem actuar conjuntamente para contribuírem para a solidificação das relações amigáveis entre estados, diminuindo desta forma a ocorrência de conflitos.

a. No continente

Durante muito anos, África ficou conhecido como palco da escravidão desencadeada pelas potências colonizadoras.

Depois de segunda guerra mundial, segue-se uma vaga de movimentos nacionalistas na década de 50 e 60, em consequência, emergiram uma avalanche de novos estados independentes vindo a culminar na década de oitenta com a independência da Namíbia.

Contudo, se de um lado África alcançou o que mais almejava do ponto de vista político, a independência, e não alcançaram a independência económica e social, na medida em que o continente se encontra na cauda do desenvolvimento humano.

Uma das causas apontadas para tal cenário, foram as independências que não foram acompanhadas de medidas estruturais adequadas, que afectaram a capacidade de desenvolvimento, dando origem a um conjunto de conflitos internos de varia índole e, em

⁸ MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS

⁹ MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS



alguns casos entre estados soberanos.

Este cenário, tem vindo a ser alterado paulatinamente, devido ao facto de grande parte dos países terem compreendido que o desenvolvimento sociopolítico e económico só será possível com a segurança da pessoa e dos seus bens.

Assim, a nova geração de académicos e políticos africanos têm vindo a participar activamente no debate em volta da definição de “segurança”, assumindo mesmo a vanguarda na definição do novo conceito.

Dois anos antes do PNUD ter introduzido o termo “segurança humana” já os africanos discutiam em Kampala no Uganda que a “segurança” abrangia todos aspectos da sociedade, incluindo a demissão económica, política e social da vida individual, familiar, local e nacional, antecipando-se desta forma as noções de “segurança humana” e “segurança comum” que emergiram no cenário internacional em meados da década de 90. A formulação africana elegeu desta forma o “cidadão como indivíduo” para o qual se deve direccionar o esforço de segurança.

Este debate foi impulsionado com o fim da guerra-fria. A participação e reconhecimento do debate em volta do tema, evoluiu da esfera pura do estado para um debate mas abrangente, envolvendo desta feita, organizações ligadas ao sector privado, como é o caso do Institute for Security Studies da África do Sul cuja missão é “melhorar a segurança humana em África¹⁰”. Destacamos neste trabalho, além do já citado, o contributo de Nadir Mohammed, que diz que o “objectivo último da segurança é criar um ambiente que conduza um plano de desenvolvimento, e de Baffor Agyeman-Duah, que defende que “a segurança nacional deve ser redefinida em termos de desenvolvimento humano”¹¹. Há outros, como Adekanye, que insistem dizendo, que a verdadeira segurança em África está em ajudar as pessoas.

Assim, a segurança do cidadão e dos seus bens passa a ser central e o homem começa a fazer parte das prioridades e preocupações do poder político dos Estados africanos.

Hoje, grande parte dos países africanos compreendendo as razões profundas do subdesenvolvimento e dos conflitos, procuram alterar o quadro dramático que este representam, através de implementação de reformas institucionais, com principal realce para as áreas da segurança, boa governação e democratização.

¹⁰ MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS

¹¹ MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS



No entanto, quanto a quem deve ser responsabilizado pela função de gerir a segurança, grande parte dos académicos africanos não têm dúvida em apontar o Estado como o actor principal das RSS. Não descartam o importante papel de outros actores não estatais e da sociedade civil neste processo de mudança. Adebayo e Landsberg, defendem que, “o estado é o gestor de litígios e conflitos, fundamentais e indispensáveis”¹². Por isso a ele cabe o dever de conduzir o processo de mudanças que levem a segurança a sua população.

Nesta análise, os Africanos consideram de relevância capital, o papel das organizações regionais na gestão da segurança e conflitos. Para dar corpo a esta teoria, na reunião realizada em Kampala em Abril de 2000, patrocinado pela África Leadership Fórum, declararam que “As organizações africanas da sociedade civil têm de estar envolvido em todo processo de modelação do quadro da segurança em África”¹³.

Em suma, dizer que os Africanos se reconhecem no novo alargamento do conceito de segurança, embora haja diferentes visões sobre quem deve recair a gestão deste processo.

Hoje, o continente africano despertou para a necessidade de desencadear reformas profundas na perspectiva de se acabar com os conflitos que ainda assolam o continente, tendo por isso criado mecanismos institucionais capazes de conduzir e apoiar os Estados africanos, reforçando e apoiando as iniciativas regionais de criação de forças com capacidade para manutenção de paz.

b. Na África Austral

Esta região foi durante a guerra-fria palco das disputas militares entre as duas super-potência.

Com ao fim da guerra-fria, criou condições para início de um processo político, que levaria o fim do conflito armado em Moçambique, a queda do regime do apartheid e a paz em Angola.

Esta região, a par de grandes regiões africanas, não é constituída por Estados com o mesmo grau de desenvolvimento dos valores e instituições políticas

Contudo, as realidades históricas de cada país ditam diferentes graus de dificuldade no processo de alcance das metas comuns. Dai a importância do esforço regional ser direccionado para o desenvolvimento político, económico e social da região como um

¹² MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS

¹³ MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS



todo, contando-se com o poderio económico da nova África do Sul.

Na frente político-militar, cessado os conflitos inter-estatais e internos, a partir de então, as atenções da região estão focalizadas na modernização política dos Estados, sobretudo no que respeita à promoção da democracia, boa governação, reforço do estado de direito e respeito pelos direitos humanos. Outra área, não menos importante, é a adopção de medidas de cooperação entre os países membros da SADC para evitar conflitos entre si.

Dos esforços colectivos desenvolvidos pela organização regional, foi possível criar instituições e linhas de actuação destacando-se:

-Em 28 de Junho de 1996, foi criado o Órgão de Cooperação Política, de Defesa e Segurança;

-Em 2001, foi adoptado o protocolo sobre a cooperação nas áreas da política, defesa e segurança, que cria o quadro legal e institucional para que o Órgão opere, com o seguintes objectivos: Protecção dos povos e a salvaguarda do desenvolvimento da região contra a instabilidade resultante da ausência do estado de direito e de conflitos; a promoção da cooperação política e o desenvolvimento de valores políticos e instituições comuns; a promoção da cooperação nas áreas de defesa e segurança, bem como a prevenção e resolução por meios pacíficos de conflitos intra-estatais e inter-estatais¹⁴.

-Em 2003 foi adoptado o Pacto de Defesa Mútua com o objectivo de promover a união de esforços para a auto-defesa colectiva e a preservação da paz e estabilidade. Neste documento, o princípio de não ingerência nos assuntos internos de cada Estado é limitado, deixando em aberto a possibilidade da organização intervir em casos humanitários.

Também a SADC reconhece, e está de acordo quanto às grandes linhas da União Africana no que respeita aos valores políticos a promover (tais como a democracia, respeito pelos direitos humanos e boa governação) e a criação de “força em estado de alerta” (standby force), ideias expressas no Plano Estratégico comum.

Assim, sem dúvida que a região dá passos acelerados rumo à integração regional, que trará mais desenvolvimento para os povos da zona. Esta concentração de esforços no desenvolvimento político, económico e social só poderá produzir resultados duradouros se a paz prevalecer e se consolidar, bem como os valores próprios dos estados modernos, da democracia, estado de direito e de respeito pelos direitos dos cidadãos.

Para que isso seja possível, o apoio da comunidade internacional é cada vez mais

¹⁴ Retirado em -<http://www.google.pt/search?source=ig&hl=pt->



importante. Na área da segurança por exemplo, os estados da região necessitam de apoios para a modernização dos seus sistemas judiciais, incluindo uma reforma legal e o apetrechamento técnico e tecnológico das suas instituições, de modo a que possam estar à altura dos desafios que hoje se lhes colocam.

4. A Reforma no Sector de Segurança em Angola

Ao abordarmos a «Reforma no Sector de Segurança em Angola (RSS)» neste capítulo do trabalho, interessa antes referenciar que a RSS visa estabelecer prioridades para o desafios de segurança por intermédio de uma estratégia Nacional de Segurança, visando adequar as missões, papéis e responsabilidades dos sectores de segurança, de modo a abordar tanto a segurança do Estado, como a própria segurança dos cidadãos.

A esse respeito, Nicole Ball, do centro de política internacional, em Washington, apresentou na conferência sobre Reforma Policial e Democracia no pós-conflito, realizada no dia 13 de Março de 2007, a seguinte definição; “ A reforma do sector de segurança (RSS) é o meio de incrementar a capacidade de um país de satisfazer as suas necessidades de justiça de modo consciente com as normas democráticas e sólidos princípios de governação, transparência e estado de direito”.

Para que isto seja alcançado, todos os actores, incluindo a sociedade civil do país e actores externos, devem empenhar-se nesse processo, com destaque para: Serviços de segurança, Sistema de justiça, administração civil e órgãos de controlo, corpos de segurança não estatais, corpos de não estatutários e outros, que tem a capacidade de influenciar a qualidade de segurança, justiça e governação, cabendo ao Estado o papel de coordenar o processo.

Assim, com base na definição de RSS, podemos identificar três grandes períodos em que Angola esteve envolvida num processo de RSS:

- O primeiro período vai desde a proclamação da independência a 11 de Novembro 1975 ate 1991, culminando com o processo de paz de Bicesse;

- O segundo período, começa com o reacender do conflito armado a seguir às primeiras eleições em Angola, em 1991, e termina em 2002 com a morte de Jonas Savimbi;

- O terceiro e último período, começa com a morte de Savimbi em 2002 e termina em 2008, com o anúncio pelo Presidente da República de Angola da data da realização das segundas eleições multipartidárias em Angola.

O objectivo de analisar o processo de RSS em Angola de forma faseada e sintetizada não traz consigo qualquer novidade ou base científica. Apenas julgamos que,



face à conjuntura específica que Angola viveu¹⁵ em cada um destes períodos, vai facilitar a compreensão das especificidades desse País que, como é sabido, foi durante muito tempo conturbado.

No Primeiro período (1975-1992), nasce a República Popular de Angola com uma constituição baseada em regras e princípios políticos de regime socialista, caracterizada por uma economia nacionalizada e centralizada, cabendo ao Estado o principal papel, com grandes limitações de liberdades fundamentais e com as forças armadas partidarizadas. Em suma, poderes concentrados numa única figura¹⁶.

Neste período, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado estava localizado no partido no poder. Isto significava, que só o partido comandava o Estado. O governo esteve formalmente subordinado ao MPLA. A política económica foi conduzida por um “partido-Estado”.

As forças armadas e serviços secretos, e o corpo de polícia popular de Angola (CPPA), estavam directamente sob-controlo do partido no poder¹⁷.

Para garantia da segurança, a estrutura governamental, previa três Instituições principais¹⁸; Ministério da Defesa, que detinha as FFAA e organizações paramilitares com a missão de garantir a integridade territorial do País, Ministério da Segurança do Estado, com serviços secretos e de informações internas e externas, tropas de guarda de fronteira e a Unidade da Guarda Presidencial; o Ministério do Interior, com várias polícias cuja missão é manter a ordem interna, incluindo os serviços de emigração e estrangeiros.

No que diz respeito ao sistema judiciário, a Constituição adoptada em 1975 estipulava um sistema independente, mas de 1976 até o início dos anos 1990 a principal instância jurídica foi o Tribunal Revolucionário do Povo.

A Assembleia do Povo foi estabelecida em 1980 e era eleita por um sistema de voto indirecto por membros do MPLA. Com 350 membros, tinha pouca influência e a maioria dos membros eleitos era proveniente das áreas urbanas, em grande parte, militares e funcionários do governo. Além disso, a característica mais acentuada do sistema político vigente em Angola era a forte concentração de poder nas mãos do Presidente, que era líder

¹⁵ Angola foi único país do Mundo que enfrentou uma guerra de cerca de 27 anos, envolvendo as Duas Grandes potências durante a Guerra Fria e quatro outros países (**Angola-Cuba**, **União-Africa do Sul**, **Índia**, **Zaire**), com mais de quatro processos de Paz envolvendo a comunidade internacional, ambos fracassados.

¹⁶ Em Angola o presidente do País, era ao mesmo tempo, presidente do partido da Assembleia popular, comandante em Chefe, etc....

¹⁷ Era comum ouvir-se a designação de Coronel, membro do comité central do partido e chefe da....

¹⁸ Segurança no sentido tradicional



do Partido, Chefe do Estado e de Governo, e Comandante em Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

Todos os Governantes seniores do Estado, eram ao mesmo tempo ao nível do partido, consequentemente também, estavam representados na Assembleia Popular.

As discussões em torno das reformas económicas têm início em 1985. Mas só em 1987, o Governo aprova o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), que marca um novo momento na conjuntura económica angolana, com o aparecimento e reforço do papel da actividade económica privada.

No plano social, o regime aceitou a intervenção de outros actores sociais, como as Organizações Não Governamentais, primeiramente as estrangeiras, vindas dos países ocidentais, exemplo que foi imediatamente seguido pelos nacionais.

No entanto, as grandes mudanças começaram no início de 1991, quando o Congresso alterou a Constituição do país, acabando com o sistema de partido único, vigente nos 16 anos anteriores. Seguiu-se também a elaboração de leis prevendo o regresso da economia de mercado e do pluripartidarismo político, criando, desta forma condições para implementação dos acordos assumidos, em Bicesse-Portugal em Março de 1991, através da Lei n.º 12/91.

As alterações à Lei Constitucional introduzidas nesta previam os seguintes princípios fundamentais:

- Criação das premissas constitucionais necessárias a implementação da democracia pluripartidária;
- Ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- Consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado.

Como consequência directa da consagração constitucional da implantação da democracia pluripartidária e da assinatura a 31 de Maio de 1991 dos Acordos de Paz para Angola, destacamos as seguintes alterações principais:

- Altera a designação do Estado de República Popular de Angola para República de Angola, do órgão legislativo para Assembleia Nacional e retira a designação Popular da denominação dos Tribunais;
- No título II, sobre direitos e deveres fundamentais, introduz alguns novos artigos visando o reforço do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais, com base nos principais tratados internacionais sobre direitos humanos a que Angola já aderiu;



- No título III, sobre os órgãos do Estado, introduzem-se alterações de fundo que levaram à reformulação de toda a anterior redacção. O sentido da alteração é o da clara definição de Angola como Estado democrático, de direito assente num modelo de organização do Estado baseado na separação de funções e interdependências dos órgãos de soberania e num sistema político semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República um papel activo e actuante. Introduzem-se de igual modo e no mesmo sentido, substanciais alterações na parte respeitante à administração da justiça, à organização judiciária e definem-se os contornos essenciais do estatuto constitucional dos magistrados judiciais e do Ministério Público.

Em matéria referente à fiscalização da Constituição por um Tribunal Constitucional, assim como o processo, competências e limites da revisão Constitucional passam a ser especificamente tratados num título à parte da Lei Constitucional, depois do título dedicado à Defesa Nacional.

Simultaneamente às alterações citadas, ao nível de outros sectores da vida política, económica, e militar, desenvolveram-se acções estruturais e institucionais que visavam a conformar com a nova constituição.

No Segundo período (1992-2002), destaca-se a rejeição dos resultados eleitorais pela UNITA, mergulhando o País numa nova guerra, mais brutal que as precedentes, porquanto Cidades inteiras foram reduzidas a escombros, centenas de milhar de pessoas foram mortas ou morreram devido às privações e doenças causadas pela guerra e milhões de pessoas foram deslocadas, algumas pela segunda ou mesmo terceira vez. Conversações extensas em Lusaka resultariam num outro acordo de paz, o Protocolo de Lusaka, assinado em Outubro de 1994, sem que a guerra tivesse chegado ao fim.

Nesta fase da vida dos angolanos, não se destacaram grandes reformas, pois como referimos, o processo iniciado que levou Angola às eleições, e que tentou fazer a democratização do país, a Formação do Exército Nacional Único, a reintegração dos desmobilizados, o retorno e assentamento das populações refugiadas e deslocadas, o relançamento da actividade produtiva, foi bruscamente interrompido, devido a falta de um parceiro incontornável para o processo político angolano (UNITA).

Com o retorno dos efectivos da UNITA à guerra, o Governo, na tentativa de fazer sentir a sua acção, desencadeia uma reforma parcial das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da Policia Nacional, com objectivo não só de cobrir as vagas deixas pelos militares e policias proveniente da UNITA enquadrados à luz dos acordos de Bicesse, como adequar as FAA de capacidades para responder à situação criada, tendo em alguns casos,



convocados militares e policias já desmobilizados.

Neste período, destacamos ainda a constituição e entrada em função do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, do Parlamento saído das Eleições, apesar da Unita ter voltado a Guerra.

O Terceiro período (2002-2008) caracteriza-se pelo fim da sangrenta guerra civil que durou vinte e sete anos. O Governo leva a cabo um processo de reformas institucionais previstas pelo Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka para a Cessação das Hostilidades e Resolução das Demais Questões Militares Pendentes nos Termos do Protocolo de Lusaka¹⁹.

Com o mesmo objectivo, negocia e implementa o processo de pacificação do enclave de Cabinda, com o Fórum Cabindês para o Dialogo (FCD)²⁰. Na sequência deste processo negocial, foi assinado um cessar-fogo, em Julho, entre as chefias militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da FLEC, culminando com a assinatura a 01 de Agosto de 2004, na Capital Provincial do Namibe²¹, do Memorando de Entendimento para a paz no enclave de Cabinda.

Para dar corpo a letra dos acordos, o Governo fez aprovar a lei da Amnistia e alterou o estatuto orgânico dos governos provinciais para o enclave bem como aprovou a resolução que altera o regime aduaneiro, portuário e estabeleceu o "Estatuto Especial para aquela província.

Mas neste período, o maior destaque vai para a consolidação das reformas políticas, económicas, jurídicas e militares, que visam adequar as instituições com base no conjunto de leis aprovadas no período anterior, com o principal objectivo de criar premissas que visem a consolidação do processo de pacificação, democratização e desenvolvimento de Angola, com objectivo de promover e consolidar as conquistas democráticas, que reforce o reconhecimento e protecção dos direitos fundamentais e das liberdades individuais dos cidadãos, a organização e funcionamento democrático do Estado e da sociedade.

¹⁹ Este acordo entre o governo e a UNITA, preconizou a execução das questões pendentes dos acordos de Bicesse e Luzaka

²⁰ Várias facções da FLEC, reunidas na cidade Holandesa de Helvoirt em 2004 e instituíram o Fórum Cabindês para o Diálogo com Angola, como instrumento de negociações políticas, diplomáticas e militares com o governo de Angola, a fim de se alcançar a paz para Cabinda.

²¹ Cidade situada no Litoral Sul de Angola



a. Ameaças e Prioridades

(1) Ameaças

Como consequência do longo período de guerra, milhares de angolanos tiveram que se refugiar nos países vizinhos para poder sobreviver, a economia ficou paralisada, milhares de cidadãos ficaram mutilados, infra-estruturas destruídas e Angola parou no tempo com consequência imensuráveis para o tecido socioeconómico.

O processo de paz de 2002 veio consolidar anteriores iniciativas, e o Governo, com apoio da comunidade internacional, realizou diversas tarefas inscritas neste processo com êxito reconhecido internacionalmente, nomeadamente a gestão política e monitoria do processo de acantonamento, desarmamento, desmobilização e reinserção social.

No entanto, nem tudo o que o Governo previu foi executado satisfatoriamente, devido aos condicionamento do próprio processo, dificuldades financeira e técnicas, bem como a devida colaboração da comunidade internacional, nas seguintes áreas consideradas cruciais para este processo, a saber: As dificuldades de Reintegração dos familiares dos militares desmobilizados; A falta de financiamento do programa de Desmobilização de parte dos actuais militares do Exército; A existência de armas de fogo por parte da população civil; As dificuldades de absorção dos ex-combatentes pela sociedade e a sua transformação; A necessidade do programa de sensibilização da população tendo em vista o Desarmamento das mentes e da memória colectiva, bem como uma correcta Distribuição do bem público, com vista a proporcionar melhores condições de vida a população, factos reconhecidos pelo Governo.

Ao reconhecer estes elementos como empecilhos ao processo de paz e à reconciliação nacional, está implicitamente a reconhecer que o “Segurança Humana” é o factor primordial para o desenvolvimento da sociedade angolana.

(2) Prioridades

Definidas as principais ameaças, o Governo de Angola definiu uma Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) referente ao período 2004-2006, como linha de orientação governativa a seguir, uma vez que identifica as prioridades nacionais essenciais que tem servido de base para a recuperação, política, económica e social, com vista a:

Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para zonas de origem ou reassentamento, integrando-os de forma sustentável na vida económica e social;

Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desminagem, do desarmamento e da garantia da lei e ordem por todo o território nacional;



Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentável;

Controlar a propagação do VIH/SIDA e mitigar o impacto nas pessoas vivendo com VIH/SIDA e suas famílias;

Assegurar o acesso universal ao ensino primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a protecção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo sempre a equidade de género;

Melhorar o estado de saúde da população, em especial através do aumento do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade, e do controlo da propagação do VIH/SIDA;

Reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano;

Valorizar o capital humano nacional, promover o acesso a emprego e auto-emprego e dinamizar o mercado de trabalho, garantindo a protecção dos direitos dos trabalhadores;

Consolidar o Estado de Direito, tornar mais eficiente a prestação da Administração Pública, aproximando-a mais do cidadão e das suas necessidades, e assegurar a transparência e responsabilização na formulação de políticas e na gestão dos recursos públicos;

Criar um ambiente de estabilidade macroeconómica, que evite desequilíbrios nos mercados e estimule o crescimento económico assegurando uma redução sustentável da pobreza.

Estes pontos, se bem implementados, respondem de modo geral às ameaças apresentados no ponto anterior.

Para além dos esforços enumerados, o governo definiu também um conjunto de instituições cujo objectivo social visa acompanhar permanentemente o cumprimento dos objectivos definidos dos quais achamos importante salientar;

-O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), o órgão do Governo encarregue de dirigir e coordenar a execução da política social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, garantindo os seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento através de medidas que reportam a implementação de políticas sociais básicas da reinserção e da assistência social;

-O Instituto de Reintegração Sócio Profissional dos ex. Militares (IRSEM), criado, ao abrigo do Despacho n.º 7/95, de 14 de Abril, como, um órgão do Estado que se ocupa especialmente do Programa de reintegração sócio profissional e económica dos



desmobilizados, no âmbito do processo de Paz;

- A Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), órgão que iniciou a 15 de Novembro de 2006 o registo de cidadãos nacionais com capacidade eleitoral;

- A Comissão Nacional Eleitoral (CNE), uma entidade independente com poder executivo que estabeleceu já as suas estruturas em todas as províncias. A Assembleia Nacional está a apreciar as últimas leis que orientarão o comportamento de todos durante a campanha eleitoral, tendo em vista o próximo pleito;

- O Instituto Nacional de Desminagem (INAD), que substituiu Instituto Nacional de Remoção de Obstáculos e Engenho Explosivos (INAROE) como entidade nacional responsável pela coordenação das actividades de desminagem em Angola.

Mais recentemente foi lançada a campanha nacional de desarmamento da população civil angolana que começou oficialmente a ser implementado no mês de Março de 2008, este programa será executado em quatro fases, nomeadamente: de organização e sensibilização do mês de Março a Junho, de entrega voluntária de armas de fogo, de Abril a Junho, de recolha coerciva, que será feita a partir de Julho, e finalmente de controlo, em Agosto.

b. O Plano de Reconstrução Nacional

Poucos países passaram pelo que Angola passou, devido os 27 anos de guerra quase contínua com prejuízos em todos os sectores da vida, que contribuíram para uma das piores taxas de mortalidade infantil do mundo, paralisaram as capacidades e a produtividade e destruíram o tecido económico e social nacional.

Apesar da magnitude destes números, contudo os desafios que a paz coloca actualmente ao Governo são gigantesco, existe uma oportunidade única de fazer tudo o que não conseguiu durante todos estes anos.

Nesta perspectiva, o Governo desenvolveu uma estratégia de desenvolvimento que combina as políticas de controlo macroeconómico com a reconstrução rápida das infra-estruturas passando pela melhoria da prestação dos serviços sociais básicos às populações, com vista atingir:

- A Consolidação da paz e da reconciliação nacional;

- A Edificação das bases para a construção de uma economia auto-sustentada;

- O Restabelecimento da administração do Estado em todo o país;

- O Desenvolvimento dos recursos humanos;

O Desenvolvimento harmonioso do território; e

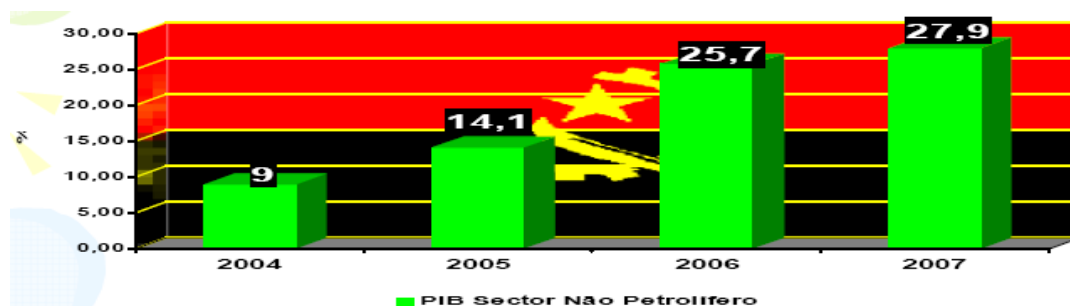
Consolidação do processo democrático.

Com esta estratégia, e aproveitando a conjuntura internacional favorável a Angola, a situação macroeconómica tem vindo a melhorar significativamente, apesar de alguns constrangimentos.

Para que isto fosse possível, para além dos factores enumerados, contribuiu também, e decisivamente, o processo de reconstrução nacional que o Governo estruturou em três fases; do ano em que se alcançou a paz até 2005 deu-se prioridade à reabilitação pós conflito ligado à reinserção social e produtiva dos deslocados e refugiados; entre 2005 e 2007 o Governo deu prioridade ao investimento massivo na reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais; ao lançamento de projectos para a diversificação da economia em particular no domínio agro-industrial com prioridade ao emprego; e à formação dos recursos humanos, factor crítico para a aceleração da produtividade e da competitividade.

Realçam-se as oportunidades dadas às pequenas e médias empresas, bem como o desempenho da economia não petrolífera, que tem vindo a ganhar espaço paulatinamente, o que tem contribuído para o actual crescimento, como mostra o quadro que se segue²²;

Quadro nº1 – Desempenho da economia não petrolífera



Fonte- Ministério de Finanças Angola²³

Apesar de todo estes esforços, Angola ocupa ainda o 162º na lista dos países em termos do índice de desenvolvimento humano, pelo que ainda muito deverá ser feito para tirar a população da pobreza extrema.

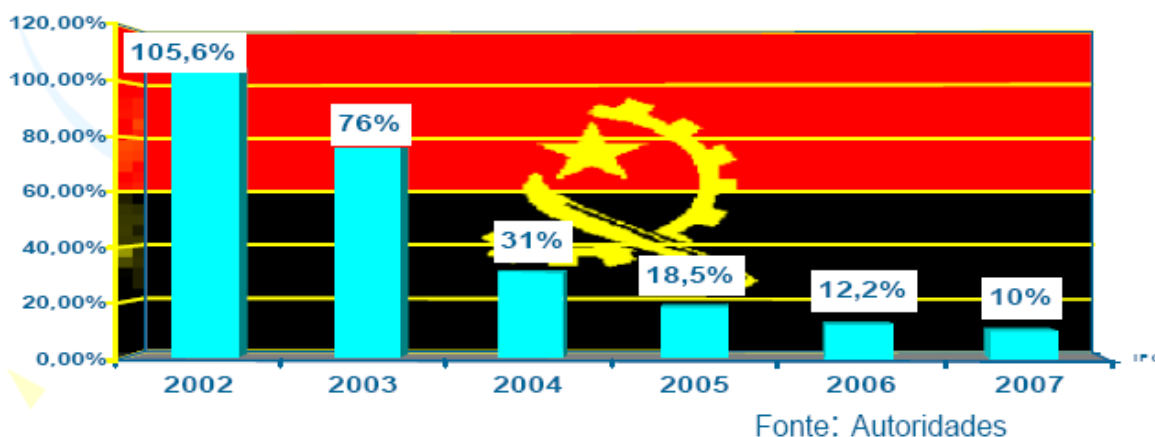
Por outro, lado, desde o fim do conflito armado que temos vindo assistir a um decréscimo acentuado da inflação em relação ao dólar americano. Estes resultados são prova evidente da solidez das medidas microeconómicas, pois paulatinamente os

²² Disponível em -<http://www.minfin.gv.ao/docs/dspPublications.htm>-12.02.08

²³ Idem

angolanos vêm adquirindo cada vez mais poder de compra, o que vai causar um efeito em cascata.

Quadro nº2 – Queda da inflação



Embora os dados estatísticos que reflectem os progressos alcançados nos anos recentes de 2004 e 2005 não estejam ainda recolhidos na sua totalidade, há sinais de melhoria significativa na situação da pobreza em que Angola esta mergulhada.

(1) Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (New Partnership for Africa's Development), NEPAD, é um projecto, que vem sendo desenvolvido com maior empenho desde a última década.

Esta representa uma nova visão e um quadro estratégico para o Renascimento da África. Foi concebido para se ocupar dos défices actuais do continente africano. Problemas tais como o aumento da pobreza, o subdesenvolvimento e a marginalização persistente em África necessitam de uma intervenção radical nova, levadas a cabo pelos dirigentes africanos para desenvolver uma nova visão que venha a garantir o renascimento de África.

Os seus principais objectivos são: a erradicação da pobreza; colocar os países africanos, individualmente e colectivamente, numa perspectiva de crescimento e de desenvolvimento duráveis; colocar termo à marginalização de África no contexto da mundialização e promover a sua integração completa e vantajosa para a economia mundial; acelerar o reforço das capacidades das mulheres com o objectivo de promover o seu papel no desenvolvimento socioeconómico uma vez que deriva directamente de dois programas: o Millenium Partnership for Africa Recovery Programme – MAP e o Plano OMEGA, da responsabilidade dos presidentes Thabo M'Beki e Abdoulaye Wade²⁴, respectivamente.

²⁴ Retirado em <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label61/09.htm> 22.00-12-02-08



Por outro lado, uma vez que na sua origem estão propostas emanadas de diferentes regiões africanas, traduz ainda uma maior integração a nível continental de forma mais equilibrada e procurando gerir por vezes divergentes estratégias pessoais dos líderes africanos. NEPAD é, no entanto um projecto mais abrangente e ambicioso porque prevê dotar os países africanos de todos os mecanismos e infra-estruturas necessários para o desenvolvimento.

Para alcançar seus objectivos o NEPAD definiu uma estrutura que inclui; Assembleia-geral da União Africana, Comité de Implementação, Comité de Orientação (“Steering committee”) e Secretariado:

Assembleia-geral da União Africana – (Chefes de Estado e de Governo), que Acompanha todos os desenvolvimentos do NEPAD e aconselha a UA sobre as formas de implementação do NEPAD.

Comité de Implementação – (Um Presidente e um vice-presidente; 20 países 4 de cada uma das 5 regiões de África; Chefes de Estado e de Governo)²⁵.

Comité de Orientação (“Steering committee”) – (1 Secretário-geral e representantes dos 5 países fundadores) Responsável pelo desenvolvimento dos projectos e programas em curso e coordena o Secretariado.

Secretariado – Responsável pela coordenação de projectos, pelos serviços administrativos e secretariado e ainda pelas áreas de comunicação e *marketing*. Assegura as tarefas de ligação entre as diferentes estruturas bem como as de coordenação, administração e logística.

Angola aderiu a esta iniciativa, e comprometeu-se a atingir os objectivos definidos pelo NPAD pois, como em todos os líderes de outros países africanos, acreditam que este programa é, sem dúvida, parte do pensamento liberal que emerge no Continente e a via para o desenvolvimento, através de uma “parceria” entre os estados.

(2) A Estratégia Nacional de Combate a Pobreza (ECP)

Com o fim do conflito armado que assolou o país durante grande parte da sua história como nação independente, Angola apresenta um conjunto de dificuldades, próprias de qualquer país saído de uma guerra, onde a pobreza e os problemas sociais se agravam

²⁵ Funções: 1- Identificar os temas estratégicos que devem ser analisados, planeados e geridos a nível continental; 2 – Delinear mecanismos para a prossecução de objectivos comuns de acordo com os princípios previamente adoptados; avaliar os progressos na implementação de decisões tomadas e adoptar medidas de resolução de problemas e atrasos.



diariamente. Numa altura em que no Índice de Desenvolvimento Humano, Angola situava-se em 162º lugar, num ranking de 173 países e 68 por cento da população tinha em média um nível de consumo mensal inferior a 392 kwanzas²⁶ por mês (2001²⁷), o que correspondia a aproximadamente 1,7 dólares americanos diários.

Com o objectivo de inverter este estado de coisa, e tendo em linha de conta os fins definidos pela cimeira do milénio de 2000²⁸, NEPAD e as metas definidas pela agenda de integração da SADC. O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, elaborado em 2003 pelo secretariado da SADC²⁹.

O Governo de Angola pretende ao longo desta década reduzir substancialmente a incidência da pobreza, fixando como meta, em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com o programa da NEPAD e da SADC, uma redução em 50 por cento da proporção da população com menos de um dólar diário até 2015.

Por isso, alcançado a paz³⁰, o Governo de Angola definiu um conjunto de programas enquadrados no EPC que, além da consolidação do processo de paz, as acções de emergência, visando a reconciliação nacional e a reinserção dos desmobilizados, deslocados e refugiados no contexto económico e social angolano e assegurar o funcionamento da administração do Estado em todo o território nacional, estender os serviços básicos de saúde e de educação a toda a população, em especial aos mais carenciados e reabilitar as infra-estruturas económicas.

Para isso, o Governo identificou dez áreas prioritárias, nomeadamente³¹: (i) A Reinserção Social; (ii) A Segurança e Protecção Civil; (iii) A Segurança Alimentar e

²⁶ Moeda Nacional, hoje muito mas valorizada do que 2001

²⁷ Disponível em - <http://www.sarpn.org.za/documents/d0001014/index.php> -12.02.08

²⁸ Fruto da Cimeira do Milénio de 2000. Esta última fixou oito objectivos principais para o desenvolvimento humano, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, designadamente: (i) a erradicação da pobreza e da fome; (ii) o acesso universal ao ensino primário; (iii) a promoção de igualdade de género e capacitação da mulher; (iv) a redução da mortalidade infantil; (v) a melhoria da saúde materna; (vi) e combate ao VIH/SIDA, malária e outras doenças; (vii) a promoção de um ambiente sustentável; e (viii) o desenvolvimento de parcerias globais para o desenvolvimento. Associadas a estes objectivos foram também estabelecidas metas a atingir até 2015, da qual se destaca o compromisso de reduzir para metade o número de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar diário.

²⁹ Identifica estratégias de intervenção com vista á prossecução do objectivo da erradicação da pobreza que incluem, nomeadamente: a redistribuição dos activos naturais, a construção e manutenção de infra-estruturas, a promoção do conhecimento e dos cuidados de saúde e a expansão dos mercados regionais e a promoção do investimento de forma a estimular o crescimento económico, e a criação de oportunidades de emprego para os pobres.

³⁰ Com a morte de Jonas Malheiro Savimbi, líder do Movimento Armado UNITA que se opunha ao MPLA no poder, levou ao cessar-fogo e um processo de reconciliação nacional.

³¹ A visão do governo sobre cada área apresentada, em documento próprio.



Desenvolvimento Rural; (iv) O VIH/SIDA; (v) A Educação; (vi) A Saúde; (vii) As Infra-estruturas Básicas; (viii) O Emprego e Formação Profissional; (ix) A Governação; (x) A Gestão Macroeconómica.

Reconhecendo que o êxito da ECP exige um esforço conjugado de toda a sociedade, o Governo elaborou este documento, com participação da sociedade civil, as comunidades rurais, incluindo as agências internacionais especializadas, preocupadas com a situação em Angola³².

A ECP constitui o quadro de referência para a definição de estratégias e programas sectoriais na fase de recuperação pós-conflito que Angola está a atravessar, e lançou as bases para a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo, para o período de 2005 a 2009, e a longo prazo até 2025

c. Análise das medidas sectoriais à luz do processo de RSS

(1) Político Institucionais

Mas, a grande viragem para Angola, tem início em paralelo com uma vasta discussão à volta de uma nova ordem Constitucional de Direito, acompanhando de um longo e complexo processo de pacificação, reconciliação nacional e democratização da sociedade angolana.

Iniciada com a revisão constitucional de Março de 1991, aprovada pela Lei nº 12/91 que consagrou a implantação da democracia multipartidária, seguiu-se-lhe em 1992, após a assinatura do Acordo de Paz de Bicesse, uma nova revisão constitucional, aprovada pela Lei nº 23/92 de 16 de Setembro, com base na qual se realizaram pela primeira vez na história de Angola, eleições gerais multipartidárias, assentes no sufrágio universal directo e secreto, para a escolha do Presidente da República e dos Deputados à Assembleia Nacional.

Estas reformas, que foram conduzidas com o apoio da comunidade internacional tiveram fases diferentes:

-Primeira, a que surge com formalização de Angola como Estado independente em 1975, tendo sido operadas ao longo dos anos várias revisões constitucionais, sem que para

³² O acompanhamento e monitoria da ECP serão efectuados essencialmente através dos programas económicos e sociais do Governo de Angola com uma comunicação contínua com o beneficiário das intervenções através de diagnósticos participativos. A avaliação do impacto económico, social e humano desta estratégia deverão ser feita através de estudos específicos e com base na informação estatística que está já a ser produzida com regularidade, pelas entidades angolanas competentes.



tal o sistema mono-partidário fosse posto em causa.

Nos fins da década de 80 inicia-se um processo de reformas institucionais que levaria Angola à democratização, sem vazios de poder.

A estratégia adoptada para a reforma consubstanciou, na revisão faseada da constituição, de moda a que a Assembleia a ser eleita no pleito eleitoral prevista para 2008, conclua este processo.

Desta revisão, nasce a Constituição comportando “100” artigos e foi aprovada em Março pela Lei de Revisão Constitucional n.º 12/91, com o objectivo principal de permitir o pluralismo político-partidário.

Assim, pela primeira vez, a Lei constitucional reconhece o “Estado Democrático de Direito” como princípio fundamental, e liberdades individuais são reconhecidas.

Por outro lado, vem consagrar o princípio da separação de poderes, afirmar princípios como o da autonomia local, a eleição do Presidente da República por sufrágio universal, a submissão do Estado à Lei, a responsabilidade civil e criminal dos titulares de cargos públicos e consagrar a independência da função jurisdicional e a natureza apartidária das forças armadas e alterar a constituição sobre os assuntos ligados à economia.

-A Segunda fase ocorre em 1992 com a revisão constitucional que visava garantir a organização da transição constitucional democrática. Desta vez, a reforma incidiu sobre a clarificação do próprio sistema político, separação de poderes e interdependência dos órgãos de soberania, bem como para a explicitação do estatuto e garantias da Constituição, em conformidade com os princípios já consagrados de edificação em Angola de um estado democrático de direito.

-Na Terceira fase, actualmente em curso, a revisão clarificou e desenvolveu os princípios estruturantes do Estado, designadamente o do estado de direito, da soberania popular e da representação política democrática e ainda da democracia económica, social e cultural por uma lado, por outro, ressalta desta lei, a eliminação da pena capital que, reforçou as garantias dos direitos fundamentais e acolheu os principais instrumentos internacionais protectores dos direitos humanos.

Acentuou-se o princípio da separação de poderes e da interdependência dos órgãos de soberania e consagrou-se um sistema político de governo semi-presidencial.

Foram criados novos órgãos constitucionais como o Conselho da República, o Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça, os Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e do Ministério Público e o Conselho de Defesa Nacional.



Adoptou-se uma nova organização judiciária, introduziu-se o controlo jurisdicional da constitucionalidade e acentuou-se a independência da função jurisdicional.

A nova Lei Constitucional adoptou ainda o modelo de organização territorial do Estado que, a nível local, combina a desconcentração administrativa com a existência de autarquias.

Foi essa constituição que, sob o signo da provisoriedade, alicerçou o “Processo Democrático” através da produção de um conjunto de leis que vão levar, pela segunda vez na sua história, o povo angolano às urnas.

(2) Política Diplomática

Desde a existência de Angola como nação, este país sempre despertou o interesse da comunidade internacional, não pelos angolanos em si, mas sim, pelos interesses económicos e estratégicos que o jovem País desperta nas grandes potência.

Assim, desde muito cedo, a diplomacia sentiu necessidade de ser ouvida perante a comunidade internacional.

Nesta senda, a diplomacia de Angola está virada para a procura do reconhecimento por parte da comunidade internacional, o que valeu ao País, um acento como membro plenipotenciário das Nações Unidas, ocorrido no dia 01 de Dezembro de 1976, durante a 31ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Um outro resultado registou-se em Março de 1976, durante a 26ª sessão do Conselho de Ministros da OUA, quando a maioria dos Estados membros aprovaram uma resolução que exigia a retirada imediata e incondicional das forças invasoras do território angolano e, até 1977, quase todos os Estados do continente tinham reconhecido Angola como um país independente.

As principais linhas de força da diplomacia angolana, durante muitos anos, estiveram viradas para a denúncia da ingerência estrangeira no conflito interno angolano, a luta pela abolição do regime do apartheid e o reforço do prestígio de Angola nas instituições internacionais.

Com a retirada das forças estrangeiras, a diplomacia angolana desenvolveu os seus esforços, com vista a denunciar e desmascarar os países que teimavam em apoiar logística e militarmente o grupo rebelde UNITA, bem como a denunciar países cujo território era utilizado para dar guarida ou trânsito destes apoios e treinos.

Nesta senda, Angola procura maior protagonismo ao nível das instituições internacionais, continentais e regionais, tais como Nações Unidas, União Africana, Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC), Comunidade dos



Países de Língua Portuguesa (CPLP), e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Esta procura de um melhor posicionamento a nível internacional deu os seus frutos com a nomeação de Angola para a presidência da SADC, em 2002, e no mesmo ano foi eleita membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A dupla eleição representou, para a diplomacia nacional, o maior dos méritos do seu desempenho nos 28 anos e vem validar desta forma o esforços em prol da projecção da imagem do país no exterior, através de uma diplomacia activa e actuante.

Hoje, com a paz efectiva para Angola, a diplomacia angolana vira-se para apoio aos países vizinhos e amigos, com resultados sobejamente conhecidos a exemplo do papel relevante na consolidação da paz nos dois Congo e na estabilização da África Central, sobretudo da região dos Grandes Lagos, e desenvolve relações bilaterais e multilaterais com vários Países do Mundo, numa base de respeito mútuo.

(3) Socioeconómica

Além do conjunto de medidas socioeconómicas já afloradas, o Governo de Angola tem vindo a produzir um acervo legal de base, sem perder as linhas mestras estabelecidas pela lei magna.

Assim, o Estado orienta o desenvolvimento da economia nacional, com vista a garantir o crescimento harmonioso e equilibrado de todos os sectores e regiões do País, e procura utilizar racional e eficientemente todas as capacidades produtivas e recursos nacionais, bem como a elevação do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.

Para isso, definiu um sistema económico que assenta na coexistência de diversos tipos de propriedade, pública, privada, mista, cooperativa e familiar, gozando todos de igual protecção. O Estado estimula a participação, no processo económico, de todos os agentes e de todas as formas de propriedade, criando as condições para o seu funcionamento eficaz no interesse do desenvolvimento económico nacional e da satisfação das necessidades dos cidadãos.

(4) Sector Tradicional de Defesa

No decorrer deste trabalho, fomos apresentando as reformas ocorridas em Angola nas diversas fase da sua história.

Ao abordarmos as reformas ocorridas nas forças de defesa e segurança, iremos dividir esta análise em duas fases, porquanto, em dois grandes momentos ocorreram mudanças significativas a nível destas instituições do Estado.

Durante a primeira república (1975-1991), Angola contava com três instituições do



Estado designadamente o Ministério da Defesa, da Segurança de Estado, e o Ministério do Interior. Apesar da especificidade da missão de cada um, todas contribuíam para o mesmo fim, que era de manter o “Regime” no poder.

Neste período, estas instituições estavam estrutural e politicamente ligados ao “Partido estado”, pois como referimos, todas as instituições eram chefiadas pelas mesmas pessoas ou figuras ligados ao partido, tendo responsabilidade, ou cargos no partido, governo, assembleia do povo e nestas instituições³³.

O grande objectivo destes órgãos para além de manter o Regime no poder, era combater a contra revolução³⁴.

Contudo, neste trabalho vamos direccionar a nossa análise para as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA).

Proclamadas a 01 de Agosto de 1975, tiveram sua origem num punhado de guerrilheiros do MPLA, e com a proclamação da independência de Angola, houve necessidade de constituir as Forças Armadas, cuja missão era de defender as conquistas alcançadas por Angola Transformou-se no “Braço Armado do Povo, Baluarte Seguro da Paz e da Defesa das Conquistas do Povo” (FAPLA, Baluarte da paz pag. 53).

A constituição definia a estrutura hierárquica em que o Presidente da Republica é o Comandante em Chefe, por isso, o mais alto cargo da hierarquia militar.

Com os confrontos militares a seguir à independência, as forças armadas, sofreram a primeira reestruturação, tendo nascido uma nova organização, em que se destaca o surgimento dos três ramos e surgem também as primeiras unidades de escalão batalhão e brigada, todos na dependência directa do Chefe do Estado-Maior General.

Para assegurar os efectivos necessários às FFAA, durante muito tempo o recrutamento foi sendo feito por Decretos (DC) Apenas em 1982 foi aprovada a Lei 12/82 denominada «Lei Geral do Serviço Militar».

Além do serviço militar ser obrigatório, e considerado um dever inalienável de todo cidadão, esta lei, estabeleceu os regimes de serviço militar, que podia ser no activo ou de reserva, bem como estabelecia os 18 anos de idade para que fosse prestado o serviço militar.

Um ano mais tarde, e para fazer face à agudização da situação política e militar é definido um sistema de forças nacionais, que previa conselhos militares regionais

³³ Ministro da defesa, também membro do Bureau Político do MPLA, como Chefe Estado-maior General das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Vice Ministro da Defesa, também Membro do Bureau Político do MPLA, com Chefe da Direcção Política Nacional das FAPLA.

³⁴ Grupos internos contrários ao regime no poder e contra o sistema socialista internacional



directamente subordinados ao Presidente da República e Regiões militares.

Em 1986, é instituído a classe de oficial general e os diversos graus hierárquicos.

Em 1988 Regista-se uma nova reestruturação, as regiões militares deixam de existir e nascem as frentes militares, estrutura que se manteve até 1991.

Nesta fase, destaca-se o facto das FFAA estarem fortemente ligadas ao Partido no Poder, não existindo distinção entre os políticos, governantes e militares.

Durante a segunda República (1992-2008), à luz dos acordos alcançados em Bicesse entre o Governo de Angola e a UNITA, no dia 17 de Dezembro de 1992 nasceram umas novas forças armadas, que viriam a designar-se por As Forças Armadas Angolanas (FAA), como Exército Nacional. Estas, foram o resultado da unificação das duas forças beligerantes do conflito militar angolano, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) afectas ao Governo, e as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) braço armado da União Nacional para Independência Total de Angola UNITA, grupo rebelde, com um efectivo inicial de 50.000, sendo 40.000 do Exército, 3.000 da Força Aérea e 4.000 da Marinha de Guerra e a desmobilização de mais de 200.000 homens excedentários.

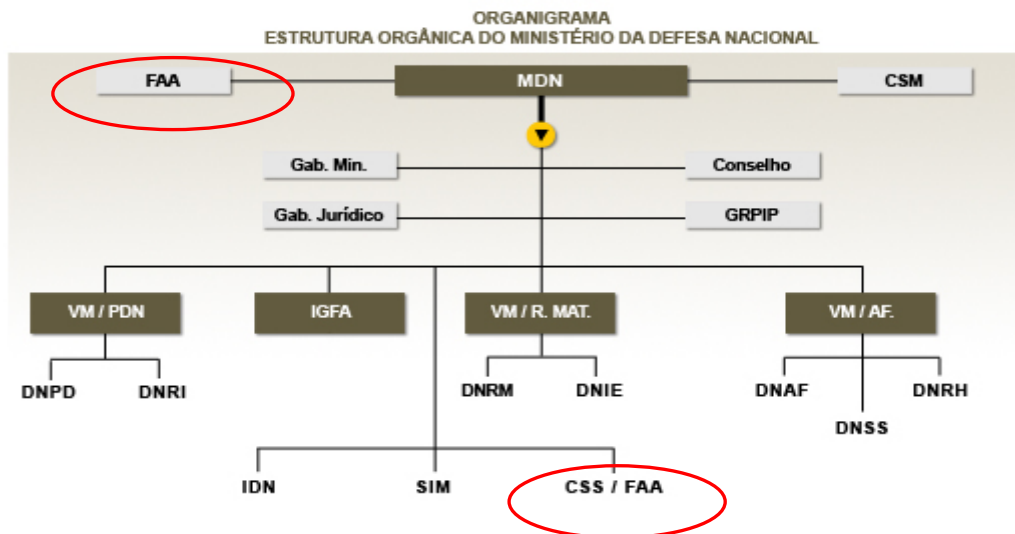
Estas Forças, constituídas à luz da Lei como instrumento militar do Estado angolano, na medida em que hoje, a Lei Constitucional no seu Cap. IV, art. 149º, refere que ao Estado “compete assegurar a defesa nacional, garantir a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no quadro da ordem constitucional instituída e do direito internacional”.

Na mesma lei, o Art. 151º, atribui ao Chefe de Estado autoridade máxima sobre as FFAA e determina obediência aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Lei e demais legislação ordinária, incumbindo-lhes a defesa militar da Nação. Elas são de carácter permanentes, regulares e “apartidárias”.

Nesta reforma, as forças armadas passam a ser um instrumento do Estado cuja missão é executar as tarefas práticas da defesa do país contra quaisquer agressões estrangeiras, e destaca-se o facto que à luz da constituição, estas devem subordinar-se e inserir-se no Governo através do Ministério de Defesa Nacional³⁵ (Fig.3 e 4).

³⁵ Lei de defesa nacional e das Forças Armadas

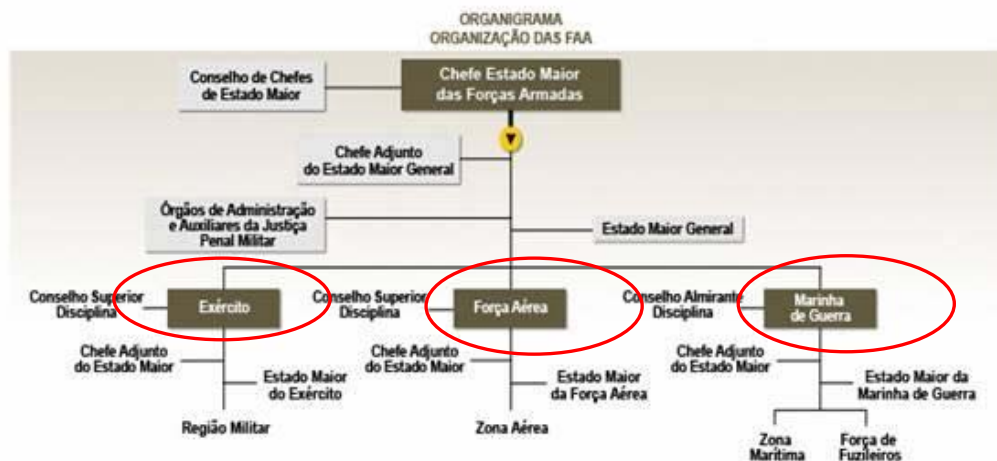
Fig.3- Orgânica do Ministério de Defesa nacional



Fonte – <http://www.angola-portal.ao/MINDEN/Institucional>

A lei de Defesa Nacional, impõe a prestação de contas dos Ramos das Forças Armadas, directamente ao Ministério de Defesa Nacional, excluindo esta possibilidade, apenas em caso de Guerra Declarada em que esta actividade ser efectuada integralmente pelo CEMG/FAA.

Fig.4- Organização das Forças Armadas



Fonte- <http://www.angola-portal.ao/MINDEN/Institucional>

Hoje, as FFAA encontram-se empenhadas na consolidação das reformas operadas em 1992. O aquartelamento das forças, a preparação combativa e o aperfeiçoamento das tropas, e destaca-se o empenhamento dos efectivos no processo e tarefas da reconstrução



nacional, sobre Tudo na desminagem das principais vias rodoviárias e ferroviárias, postos de transportação de energia, pontes e áreas agrícolas em cooperação com as brigadas de desminagem do Instituto Nacional de Remoção de Engenheiros Explosivos (INAREE), a construção de pontes e a abertura de vias de acesso, principalmente nas comunas e povoações.

Também participam na luta e sensibilização das populações contra as grandes endemias tais como HIV Sida, tuberculose e a malária, apoiam as populações que vivem nas zonas de difícil acesso e deslocados, em medicamentos e sanidade.

Foi gizado um programa específico de escolarização dos efectivos, através da campanha de alfabetização dentro e fora dos quartéis, com vista a erradicar o analfabetismo no seio do Exército.

O Governo angolano preconiza para o futuro, umas Forças Armadas forte, disciplinada capaz de corresponder as exigências actuais, através de um processo que permitirá obter eficiência no cumprimento das missões e adaptar-se aos desafios, e ameaças tal como combate ao terrorismo internacional, participar nas iniciativas internacionais de manutenção de Paz.

Para o efeito, estão com prioridade alta as seguintes tarefas:

- Redefinição da estrutura orgânica, e revisão do Sistema de Forças Nacionais a fim de permitir que, paralelamente às operações de manutenção de paz, as FAA possam participar, em cooperação com as forças de segurança interna, na luta contra os novos tipos de ameaças.
- Redução dos efectivos dos actuais 230.000 para 100.000 efectivos numa primeira fase e sua profissionalização posteriormente.
- O reforço da cooperação militar com outros países, com países da África Austral e Central e da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).
- Preparação permanente das tropas com base nos novos conceitos doutrinários e os objectivos Estratégicos.

Com as Reformas em curso as FFAA constituíram-se num instrumento do Governo capaz de executar as tarefas praticas de defesa da Nação angolana, deixando as questões de segurança e ordem interna para os órgãos policiais competentes.

Porém, apesar dos esforços desenvolvidos, as Forças Armadas Angolanas mantêm uma estrutura e dispositivo de Forças Nacionais relativamente pesada, com um efectivo



avaliados em cerca de 230.000, entre os três Ramos, distribuídos em 10 Regiões Militares ao nível do Exército, três Zonas Aéreas, e três Zonas Marítimas e uma especial.



5. Conclusões

Neste capítulo serão realçadas as principais conclusões retiradas da análise efectuada durante a elaboração deste trabalho que nos irão conduzir a uma resposta à questão central formulada no início do trabalho – saber *qual o papel da Reforma do sector de Segurança, na prossecução dos objectivos Nacionais Angolanos*.

Ao terminarmos este trabalho que aborda a “Reforma do Sector de Segurança em Angola numa perspectiva africana”, em jeito conclusivo, importa referir que:

Da análise efectuada ao impacto do contexto Geo-histórico de Angola no seu processo da R.S.S., concluímos que desde a existência do Estado angolano como nação independente, este País esteve sucessivamente envolvido em conflitos armados, sejam ele de carácter civil ou de cariz internacional, que causaram danos consideráveis nas suas infra-estruturas, bem como no tecido humano, cujo consequência até hoje são visível.

Esta permanente conflitualidade, deveu-se essencialmente a conjuntura internacional vivida no período em que este País se tornou independente, que foi mal digerida pelos angolanos, mas bem aproveitada pelas super potências da época.

Hoje, terminado a guerra, Angola, iniciou um processo de reformas que mudará decisivamente o seu futuro

Quanto ao impacto do alargamento do conceito de Segurança e de Adopção de medidas, no quadro da R.S.S. em África e, particularmente na Africa Austral, Angola como todos os países do Continente e particularmente da Sub região Austral, há muito que reconheceram que as políticas adoptadas a seguir às independências, aliadas a má Governação, e ao desrespeito aos Direitos Humanos foram ao longo de muito tempo factores que muito contribuíram para o desastre a que África se viu voltada.

Hoje mais do que nunca, os países africanos, com o apoio da comunidade internacional, designadamente de União Europeia e da União Africana, reconheceram que a segurança dos Estados só é possível se o Homem se sentir seguro em todas suas vertentes.

Para tal, o RSS, é a via segura para se alcançar este objectivo, consequentemente alcançar-se um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Face ao impacto da R.S.S na definição das ameaças e no estabelecimento de medidas sectoriais e sua prioritização em Angola, o Governo do País, saído de um conflito político e militar de grande dimensão, com consequências já afloradas,



reconhece que recai sobre si maior responsabilidade neste processo, por quanto, as reformas que desenvolve estão direccionadas para:

- A Consolidação do processo de paz e a reconciliação Nacional;
- A Consolidação do processo Democrático;
- A Reinserção dos deslocados, refugiados e desmobilizados de Guerra e;
- A reconstrução Nacional, cujo objectivo, é proporcionar ao angolano serviços básicos.

Ao definir a sua Estratégia de Combate a Pobreza, e Plano de Reconstrução Nacional de Angola, no qual vêm plasmados as principais linhas de acção Governativa, não restam dúvida que o Governo de Angola reconhece que a segurança humana passa por uma redistribuição das riquezas nacionais, a través de boa governação, respeito pelos direitos humanos e desenvolvimento sustentável sem o qual “não existe segurança”.

Por este facto José Eduardo dos Santo aquando da Conferência do seu Partido realizada em Luanda no dia oito de Maio 2008, referiu que as prioridades do Governo para o quadriénio 2009-2013 são assegurar o crescimento da actividade económica, mas também apostar na Boa Governação, na Reforma da Administração local e da Justiça³⁶.

Ao terminar, não resta dúvidas que Angola, apesar dos esforços que tem vindo a evidenciar nos últimos tempos e cujos resultados são encorajadores, ainda muita resta por fazer, pelo que se deve incrementar as reformas em curso.

³⁶ Disponível em. <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=344951&visual=26>



6. Recomendações

Para o Governo da Angola:

Dedicar-se ao problema de falta de transparência no estado, focalizando-se na melhoria das administrações nacional e provincial, já existentes.

Dar prioridade aos serviços sociais básicos (saúde e educação), ao desenvolvimento agrícola e ao apoio às microempresas;

Investir na infra-estrutura básica que irá ajudar a transportar os produtos e as pessoas ao redor do país e,

Ampliar gradualmente a administração do país, nos sectores judiciário, no policiamento e em outros que regulamentam a lei.

Começar a criar a arquitectura da eleição presidencial que está por vir, da seguinte forma:

Estabelecendo a data, acelerando o processo de reforma constitucional, e esclarecendo as leis eleitorais e outras acções relacionadas e,

Dando às organizações da sociedade civil e aos partidos políticos um espaço para que eles possam se organizar, operar e militar livremente, inclusive através das províncias.

Diversificar a economia para algo mais, que apenas o petróleo, inclusive com a adopção de alguns passos específicos.

Reestruturar os investimentos e os códigos comerciais.

Desenvolver uma política de uso das terras, justa, consistente e transparente que promova o equilíbrio entre a indústria agrícola e as pequenas propriedades e que desfaça o estereótipo no qual os habitantes do litoral possuem a maior parte das terras do interior.

Entrar um acordo com o FMI, sobre um programa de reforma que faça a administração económica de conformidade as normas internacionalmente aceites e demonstrar um compromisso com esse objectivo, dando real poder ao "tribunal de contas", particularmente junto às grandes empresas públicas.



Referência Bibliográfica

Monografias

ABRANTES, José Mena. (Ed.), (2005). *Angola em paz novos desafios*. Luanda Edições MAIANGA.

Atlas lusofónas-Angola (Ed), (2004). Instituto português da conjuntura estratégica. Lisboa-Portugal

COMERFORD, Michael G. (Ed.), (2005). *O Rosto Pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002)*. Luanda: John Meinert Printing.

RELA, José Manuel Zenha (2005). *Angola: O futuro já começou*. 1ª Edição, Luanda: Editora Nzila.

ROCHA, Manuel José Alves (Ed), (1999). *Angola estabilidade, reformas e desenvolvimento*. Luanda: edição Luanda Antena Comercial.

FAPLA, Baluarte da paz, Edição, Departamento de Agitação e Propaganda da DPN/FAPLA

Contribuições em monografias

HEITOR, Fernando (2008). *Angola na encruzilhada para o desenvolvimento*. Comunicação feita no ISCTE em 2008-04-09.

MARÇO (2007) Seminário de Lideres alto nível. Addis Abeba, Etiópia-Sessão 9-RSS

Documentos oficiais

Lei dos Partidos Políticos n.º 15/91 de 11 de Maio

Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas n.º 2/93 de 26 de Março Publicada no Dário da República N.º 12 I Série

Lei Eleitoral N.º 06/05, De 10 de Agosto

Lei dos Crimes Militares n.º 4/94 de 28 de Janeiro

Lei das Associações n.º 14/91 de 11 de Maio, Publicada no Dário da República n.º 20, I Série

Lei nº 91/2001 de 20 de Agosto. Diário da República nº 192, Série I-A.

Lei da prisão Preventiva n.º 18-A/92 de 17 de Julho

Lei de Revisão Constitucional, Decreto-lei N.º. 23/92 de 16 de Setembro

Lei do Orçamento Geral do Estado para 2007

Lei Orgânica do Tribunal de Contas, Decreto-Lei N.º. 5/96 de 12 de Abril

Lei de Bases do Investimento Privado, Decreto-Lei N.º. 11/03 de 13 de Maio

Lei das Actividades Comerciais

Lei de Bases do Investimento Privado, Decreto-Lei N.º. 11/03 de 13 de Maio

Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola Lei N.º 4/91 de 20 de Abril

Lei das Instituições Financeiras, Lei N.º 5/91 de 29 Abril

**Sítios da internet**

Google (2008): <<http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=ACORDOS+DE+PAZ+EM+ALVOR-PORTUGAL&btnG=Pesquis>>. (Acedido em 02-02-2008).

Google(2008):<http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&aq=t&hl=ptBR&ie=UTF8&rlz=1T4HPEB_ptBRPT256PT256&q=ACORDOS+DE+PAZ+EM+BICESSE%2d+PORTUGAL>. (Acedido em 04-02-2008).

ANGOLA, na travessia do Rubião- Disponivem em:
<http://www.panapress.com/freenews.asp?code=por014907&dte=14/06/2008>

MINISTERIO DEFESA-Instituição [Consult. 2008-01-18]. Disponível em
<http://www.angola-portal.ao/MINDEN/NoticiaD.aspx?Codigo=3424>

MINISTERIO DEFESA - Instituição [Consult. 2008-01-18]. Disponível em
<http://www.angola-portal.ao/MINDEN/VerImagem.aspx?Imagem=2268>

MINISTERIO DE FINANÇA Instituição [Consult. 2008-04-12] <http://www.angola-portal.ao/MINFIN/Default.aspx>

MINISTERIO DE PLANEAMENTO Instituição [Consult. 2008-04-12]
<http://www.angola-portal.ao/MINPLAN/Default.aspx>

Artigos de publicações em série electrónicas

GOVERNO, J. (11 de Fevereiro de 2004). ECP: Estratégia de Combate à Pobreza
[Consult. 2007-12.18]. Disponível em <http://www.google.pt/search?source=ig&hl=pt>

NEPAD: Nova Parceria Para o Desenvolvimento de África [Consult. 2007-11.12].
Disponível em

<http://www.google.pt/search?source=ig&hl=ptPT&rlz=&q=NEPAD&btnG=Pesquisa+do+Google&meta=>

GOVERNO/ONU: Relatório de Progresso MDG/NEPAD Angola 2003 [Consult. 2007-11.23]. Disponível em 1 <http://www.google.pt/search?q=NEPAD&hl=pt>

ANGOP, Documentos Sobre a Paz em Angola [Consult. 2007-10.14]. Disponível em
<http://www.angolapress-angop.ao/1anodepaz-documentos.asp>

JORNAL: José Eduardo dos Santos, lançou hoje um desafio para combater a corrupção e o tráfico de influências, que "atentam contra os interesses nacionais"[Consult. 2008-05.09].
Disponível em. <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=344951&visual=26>

<http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label61/09.htm> 22.00-12-02-08

Disponível em -<http://www.minfin.gv.ao/docs/dspPublications.htm>-12.02.08

Disponível em -<http://www.minfin.gv.ao/docs/dspPublications.htm>-12.02.08



<http://www.google.pt/search?source=ig&hl=ptPT&rlz=&q=Seguran%C3%A7a+na+africa+austral&btnG=Pesquisa+do+Google&meta=10:42-23-03-0>